

PATRIMÓNIO URBANO E ARQUITECTÓNICO DO MINDELO EM CABO VERDE: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE ASSENTAMENTO URBANO, O DESENHO URBANO E O SEU QUADRO INSTRUMENTAL ENQUANTO MÉTODO DE ABORDAGEM.

MORAIS, João Sousa; Prof. Dr. Associado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa, Portugal; jsm@vao.pt

RESUMO

O assentamento urbano do Mindelo tem como matéria-estudo o desenho urbano; como instrumentos; a prática do traçado, da edificação, e do quadro normativo. O corpus teórico é resultante de vários tempos de construção da cidade, onde particularmente no séc. XIX se destaca a importância da engenharia militar portuguesa, em particular pelo Governador-Gestor urbanístico. A visão do Património Arquitectónico não deverá ficar restrito ao edificado apenas. O Património Arquitectónico na sua verdadeira grandeza, e relaciona-se com os seus protagonistas, constatando-se que existe uma herança cultural que é a diáspora entre a então metrópole e a colónia.

Palavras-chave: Corpus Teórico; Tempos de Construção; Matriz Lusófona

ABSTRACT

Mindelo's urban settlement uses urban design as study material; as instruments, the layout practice, the building, and the regulatory framework. The theoretical corpus is the result of several moments of city construction, particularly in the nineteenth century, where there is emphasis on the importance of Portuguese military engineering, in particular by the urban Governor-Manager. The vision of the Architectural Heritage should not be restricted to building. The Architectural Heritage in its true greatness, relates to his protagonists, stating a cultural heritage which is the diaspora between metropolis and colony

Keywords: Theoretical Corpus; Construction Times; Lusophone Matrix

RESUMEN

El asentamiento urbano del Mindelo tiene como materia-estudio el dibujo urbano; como instrumentos; la práctica del trazado, de la edificación, y del cuadro normativo. El corpus teórico es resultante de varios tiempos de construcción de la ciudad, donde particularmente en el séc. XIX se destaca la importancia de la ingeniería militar portuguesa, en particular por el Gobernador-Gestor urbanístico. La visión del Patrimonio Arquitectónico no deberá quedar restringido al edificado sólo. El Patrimonio Arquitectónico en su verdadera grandeza, y se relaciona con sus protagonistas, constatándose que existe una herencia cultural que es la diáspora entre la entonces metrópoli y la colonia.

Palabras clave: Corpus teórico; Los tiempos de Construcción; Matrix de Lengua Portuguesa

PATRIMÓNIO URBANO E ARQUITECTÓNICO DO MINDELO EM CABO VERDE, NOTAS SOBRE O PROCESSO DE ASSENTAMENTO URBANO, O DESENHO URBANO E O SEU QUADRO INSTRUMENTAL ENQUANTO MÉTODO DE ABORDAGEM.

INTRODUÇÃO

Sem edifícios particularmente notáveis, o discurso da cidade do Mindelo em Cabo Verde resultou de um complexo processo de ocupações sucessivas no tempo, associado à política urbanizadora portuguesa. Correspondeu, assim, às vicissitudes da tríade: teorização da política da metrópole e audácia da gestão do território Luso.

A cidade insere-se numa estratégia de âmbito mais vasto, indo desempenhar um papel específico no sistema insular e Atlântico onde, curiosamente, os circuitos comerciais implementaram a cidade portuária, conferindo uma nova dinâmica ao sistema urbano e fluvial. Esse sistema correspondeu a várias etapas de assentamento urbano, assistindo-se à primeira transformação com a sugestão de um plano cuja *praxis* urbanística passou pelo recurso ao traçado, com vista a resolver as tensões urbanas pré-existentes e instituir ordem no respectivo potencial urbano.

A descodificação dos vários tempos de construção da cidade, quer através dos “planos”, quer através dos “elementos primários” determinantes no processo de assentamento, indissociáveis dos protagonistas da política urbanística vigente, onde o quadro instrumental do Desenho Urbano tem como ferramentas a prática do traçado, a tipologia edificatória dominante, os sistemas das estruturas e morfologias urbanas e o enquadramento

normativo, numa dinâmica de inter-relação de factos e da sua consequente expressão física.

Hoje a cidade cresceu e sedimentou-se quer a nível da tipologia edificatória, quer no que se reporta à morfologia urbana. Alterada parte da estrutura, o crescimento urbano seguiu o caminho da geomorfologia ocupando as partes altas, mas o sentido do lugar é idêntico, ou seja, os elementos inerentes aos primeiros planos permaneceram na sua essência, no traçado, na métrica, determinando os outros momentos do crescimento urbano onde o edificado é indissociável do traçado.

Assim, a presente comunicação tem por objectivo apresentar o quadro metodológico de uma investigação, tendo o Desenho Urbano como saber disciplinar, em que a Arquitectura e o Urbanismo são indissociáveis.

1. OS MOMENTOS DE ASSENTAMENTO URBANO DO MINDELO E O QUADRO METODOLÓGICO

Nesta metodologia, destacam-se cinco temáticas inter-actantes que reflectem a complexidade deste caso-estudo e que à semelhança do que se poderá situar numa urbanística dos séculos XIX e XX.

- 1.1. O quadro temporal, indissociável quer da História do Arquipélago, quer do seu relacionamento com a metrópole, conduzindo à interpretação dos factos político-administrativos e do contexto sócio-económico vigente e ao evidenciar de elementos de ordem causal, quando indissociáveis dos momentos de produção mais intensos do Mindelo;
- 1.2. Os intervenientes, enquanto protagonistas das acções – directa ou indirectamente – associadas ao processo de crescimento urbano e enquanto portadores de modelos político-culturais, que se reflectiram ao nível da gestão administrativa e da produção de estudos de carácter fundador;
- 1.3. *A praxis urbanística*, enquanto processo que comporta a conceptualização do plano traduzido na prática do traçado, da edificação, do limite e normativo (de que são exemplo as posturas e actas municipais), traduzindo-se em fontes que, quando

associadas à cartografia, determinam o processo de apropriação em conjunto com a estrutura fundiária;

- 1.4. Indissociável da praxis urbanística, *a implementação das super e infra-estruturas*, incide no processo de transformação do solo, tanto ao nível do traçado como do quadro edificatório (sobretudo o de carácter excepcional);
- 1.5. *A expressão física*, traduzida na estrutura e na morfologia urbana enquanto resultantes das temáticas referidas assim como do discurso dos factos urbanos, identificando-se os “elementos primários” como determinantes na organização e estruturação do processo de assentamento urbano.

2. O CASO DO MINDELO

O caso do Mindelo – à semelhança de outros – corresponde a uma urbanística de matriz lusitana, cujo *corpus* teórico resulta da formação e do espírito de empreendimento dos protagonistas dos vários tempos de construção da cidade, onde a diáspora constituiu uma constante, existindo sempre uma relação de causa efeito no processo urbanístico.

A identificação dos grandes períodos do assentamento da cidade baseou-se na relação entre os decisores e a expressão física do território daí resultante, sendo o manuseamento e a interpretação da cartografia feita em paralelo com a análise de documentos originais, constituindo os “planos” o epicentro desta investigação, onde cada período corresponde a um saber específico, numa *praxis* em meados do século XX associado à engenharia militar, e a uma lógica de pensamento resultante de dois factores essenciais também interdependentes: a formação específica e (as limitações) da governação ou do sentido específico da intervenção.

2.1. O primeiro facto urbano: de Nossa Senhora da Luz a D. Rodrigo (1790-1809)

Inaugurado com Marcelino António Basto (1796), um dos primeiros governadores, que “desenhou” a primeira estrutura de ocupação urbana, correspondendo à delimitação dos espaços públicos e do edificado excepcional como é a Igreja, partindo de um “desenho

básico”, determinou o primeiro momento de assentamento urbano, através da representação de uma praça e uma Igreja.

2.2. O segundo facto-urbano: D. Leopoldina (1810-1829)

S. Vicente foi marcado pela figura ímpar de António Pussich, oficial da Marinha e cuja experiência adquirida desde que ocupou o lugar de Intendente da Marinha de Cabo Verde (lugar criado expressamente para si) (PORTUGAL..., 1911), manifesta no profundo conhecimento das ilhas, permitiu-lhe esgrimir os argumentos, e elaborando um estudo que se sobrepõe ao anterior conferindo-lhe um carácter urbano, embora com uma dimensão reduzida de pré-plano.

O Mindelo passou a ser um elemento relevante na política ultramarina no quadro da Revolução Liberal (PORTUGAL, 1911, p. 10), em que a imagem urbana começa a ser a preocupação dominante, ou seja, passar do acto ao facto.

2.3. O primeiro plano do Mindelo (1830-1850)

No contexto internacional, a convenção de Viena permitiu reconhecer uma dualidade na existência de Estados Sul-Americanos e na materialização de tráfegos transatlânticos, naturalmente potenciando a construção de portos rural e mercantil (LINHAS GERAIS..., s. d., p. 10). Esse crescimento foi, no entanto, retardado pela ausência de recursos para combater a fome (1846) (LINHAS GERAIS..., s. d., p. 13); por outro lado, as lutas políticas nacionais da metrópole acabaram por evidenciar e sedimentar Joaquim Pereira Marinho como governador, apesar da oposição ao seu governo (PORTUGAL, 1911, p. 641-2).

Além de mandar executar o traçado do assentamento do Mindelo, Marinho acreditava que o Porto Grande, pelo seu posicionamento, passasse a atrair investimentos. Constataram-se, em 1838, alguns pedidos de concessões que ficaram obrigados à construção nas parcelas cedidas, tratando-se de um processo expedito de colonização da então pequena urbe, cujo o testemunho escrito que acompanha o plano relata o seguinte:

[...] Na sua frente tem este mesmo terreno um bom ancoradouro, e excelente disposição para a construção de caís, e embarcadouros. — Parece por tanto for a de dúvida que é n'este terreno que a nova povoação deve ser edificada [...].

[...] A planta junta representa um projecto da povoação, que pode naturalmente adaptar-se ao terreno, e que, mesmo no caso de não ser todo exequível, pode servir de fundamento para o projecto definitivo. – N'este projecto se teve em vista uma distribuição regular e elegante das ruas, praças, edifícios e mais partes da povoação. – Há ruas principais de segunda ordem, e finalmente travessas gerais aonde desembocam os bêcos de serventia das casas. Todas as ruas e travessas são guarnecidas de passeios para comodidade de quem vai a pé [...].

[...] As ruas de segunda ordem não tem árvores, e outro tanto acontece com as travessas. - Os bêcos correm pelo meio de cada ilha de casas, ou quarteirão, como aqui se chama em Lisbôa, e das destinadas para a serventia particular das habitações e dos seus jardins e dependências [...].

[...] Em termo da povoação reina a alameda, como fica descripta, e assim devem ser á saída da mesma povoação as estradas que condusem para o interior da Ilha, e que pela sua maneira de se reunirem n'esta situação, formam um vasto passeio [...].



Figura 1: Cópia da Memória Descritiva do Plano de Povoação do Mindelo, 1838 . Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Científico Tropical, António Justino Machado de Moraes.

Por outro lado, [...] O cepticismo reinante sobre o facto do Mindelo não ter sido escolhido para Capital leva a Portaria Régia 30/1858 a evocar o seguinte:

[...] A povoação do Mindelo como ella foi planisada ou mesmo ainda mais modestamente é impossível: 1º porque o terreno é arido, e por isso incapaz de produzir; 2º porque não tem água suficiente para abastecimento da população própria d'uma capital; 3º porque todo o seu mantimento lhe havia de vir da ilha de Santo Antão que apenas produz o necessário para os seus habitantes; e há ocasiões em que as brisas tornam incommunicável as duas ilhas por mais um mez; 4º porque não sendo ponto

commercial uma população ainda que de 2000 habitantes fosse, não era consumidor tal, que chamasse allí commercio (...); 5º porque o Governo não tem 50 ou 60 contos de reis disponíveis para lançar os primeiros alicerces d'uma povoação, que afinal havia de ser abandonada.

Falla-se muito no bom porto: eu quizera ver os que tal dizem luctando contra as brisas antes de lá chegar, ainda depois de fundeada, de Novembro em diante até Julho ! [...] (LINHAS GERAIS..., s. d., p. 11).

2.4. O Plano de Melhoramentos: O Porto Grande (1880-1914)

No início do século XX, a actividade portuária revelou-se determinante para a cidade. O Mindelo tornou-se numa metrópole cuja arquitectura é o reflexo da sua tendência urbana, espelhando a influência Inglesa, que mediante concessões ocupava parte da primeira frente urbana associada aos seus interesses mercantis, constando-se um pouco por toda a cidade, grandes talhões de terreno marginal e propriedades mais reduzidas estavam na posse dos ingleses (BARCELOS, 2003 ilustração p. 52). Em 1883 foi feita a divisão e mediação de diferentes zonas de terreno, que tinham sido requeridas para a extracção de lastro, na Matiota, verificando-se o que já se sabia:

A partir de 1880 começam a surgir, fora do centro e dos bairros antigos, novos bairros: Monte de Santo António, Alto do Miramar, Monte de Celerina e Lombo de Palha (LINHAS GERAIS..., s. d., p. 61). Em 1895 teve início a construção de uma nova praça, sedimentando-se uma estrutura urbana de carácter ortogonal que definitivamente consubstanciou o centro e o epicentro do Mindelo.

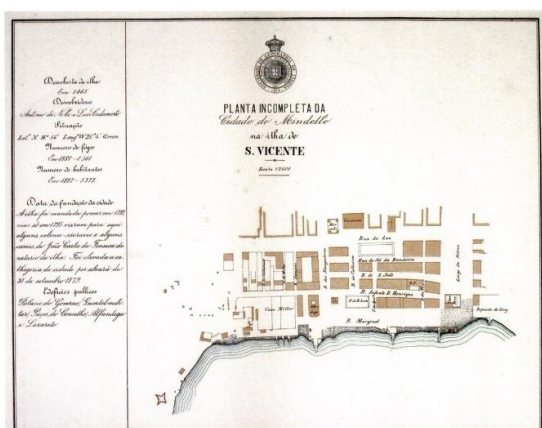


Figura 2: Plano de Melhoramentos Porto Grande. Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1888.

2.5. A implementação dos melhoramentos (1915-1951)

Em 1919 foi aprovado o primeiro “Plano Orgânico dos serviços telefónicos na província de Cabo Verde” (LINHAS GERAIS..., s. d., p. 83).

Ao nível das actividades económicas, no final da década de 1920 e início da década de 1930 verificou-se um decréscimo drástico da actividade portuária e comercial em S. Vicente (LINHAS GERAIS..., s. d., p. 77). Muitas empresas comerciais constituíram sociedades que lhes permitiram subsistir aos períodos de crise. Deu-se o surgimento de algumas indústrias (panificação, tipografia, tabacos, sabão, óleos vegetais, moagem, produção de gelo, produção eléctrica, entre outras) (LINHAS GERAIS..., s. d., p. 80 e 81).

Na década de 1930 foram realizadas obras na Biblioteca Municipal e terminaram as do Estádio Municipal. A zona da Praça Serpa Pinto (ou Praça Nova) foi definitivamente planeada e as ruas previstas, construídas. A própria praça já havia sido remodelada em 1928-1929, com um projecto da Repartição Técnica. O Município autorizou a concessão gratuita de terrenos para edificações na parte Norte da Ribeira Bote e nos Bairros de Monte Sossego e Fonte Filipe. Foi verificado que, apesar das normas e regulamentos, os bairros fora do centro cresciam desordenadamente.

A primeira tarefa da Repartição Técnica da Câmara Municipal de S. Vicente, criada em 1927, consistiu na elaboração de um plano geral de melhoramentos, por ser necessário “dar à Cidade do Mindello [...] o maior impulso possível, transformando-a numa cidade de maior conforto e comodidade, tanto dos seus habitantes como dos seus visitantes ...” (BO 40/1927 Portaria 127).

2.6. O gabinete de urbanização colonial (1952-1959)

A conjuntura internacional do pós-guerra, a queda do império do carvão, o período de fome e a emigração conduziram a uma etapa de marasmo, em que a aposta agrícola do Governo da Metrópole nunca se chegou a concretizar. No entanto, o Governo de Lisboa lançou um conjunto de estudos para controlar a imagem do Império, como foi o caso do

Esboço do Plano de Urbanização do Mindelo, em que João Aguiar foi o protagonista à semelhança do que se passa na Guiné, Maputo (então Lourenço Marques), e em muitas cidades angolanas.

[...] A cidade do Mindelo está a desenvolver-se de maneira desordenada e arbitrária que pode comprometer as soluções mais aconselháveis dos vários problemas urbanísticos pendentes do núcleo urbano. De facto verifica-se que na zona central da cidade se procede à ocupação dos logradouros com edifícios, ou à transformação das habitações modestas que neles foram indevidamente localizadas [...]¹.

Lobo afirma que João Aguiar foi o arquitecto responsável pelo Gabinete de Urbanização das Colónias (GUC) e o mais solicitado urbanista português na década de quarenta. (LOBO, 1995, p. 169-79).

O Esboço do Plano de Urbanização é disso exemplo, num misto de implementação do traçado regulador e do controle de quarteirões com adjacência de jardins e zonas verdes, pretendendo dotar o Mindelo de uma estrutura pública que lhe conferisse uma imagem “ordenada”.



¹ Memória descritiva do “Esboço do Plano de Urbanização do Mindelo”, João Aguiar, 30-4-1959.

Figura 3: Memória descritiva do esboço do plano de urbanização do Mindelo, 1959. Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, João António Aguiar.

2.7. Os planos da DGOPC-DSUM / Ministério do Ultramar (1960-1975)

Ao nível urbanístico, os técnicos assumiram um papel decisivo, numa prática de feitura de instrumentos urbanísticos. Distinguiram-se aqui os arquitectos José Luís Amorim (responsável pelo Plano de Urbanização de 1960), Mário de Oliveira, Costa Bastos², Branco Ló (responsável por vários planos parcelares durante a década de 1960)³ e Maria Emília Caria (responsável pelo Plano de Urbanização do Mindelo e por vários planos parcelares de 1966 a 1971)⁴.

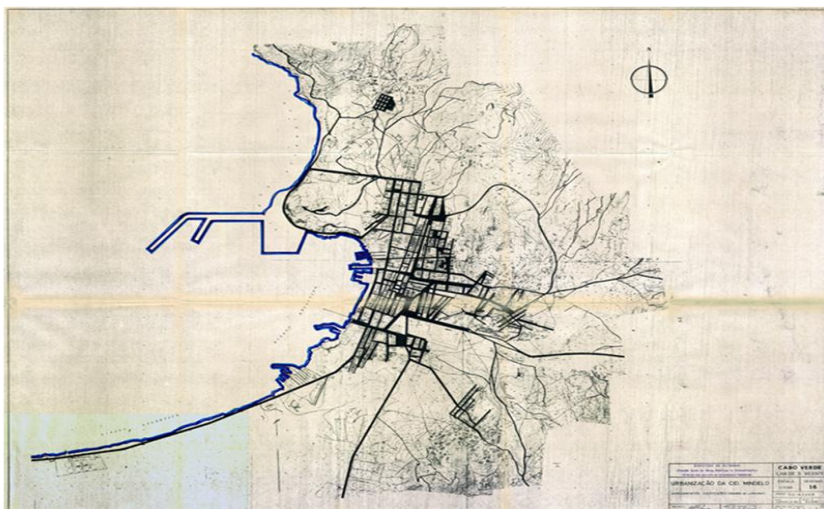


Figura 4: Plano de urbanização do Mindelo. Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 1969.

3. CONCLUSÃO

O caso do Mindelo não é isolado no que se refere ao respectivo processo de assentamento urbano. Da análise da sobreposição dos diferentes estudos ou planos verificou-se que é

² IPAD - INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, Caria, Maria Emília (citação dos sentidos de 1960), memória descritiva do Plano de Urbanização do Mindelo 1969.

³ Obr. cit. P. 97.

⁴ IPAD.

possível identificar e caracterizar os mesmos períodos temporais em diferentes cidades da África Lusófona, ou seja, a praxis urbanística é idêntica, sem muitas vezes edifícios de qualidade a destacar o edificado excepcional e o traçado são um todo.

O processo de crescimento urbano estrutura-se nos elementos pré-existentes que adquirem o estatuto de elementos primários, não existindo rupturas nos vários tempos de construção até meados dos anos 1960.

Cada trecho urbano só pode ser lido numa lógica de sobreposições continuadas, em que se deve relacionar a ideologia urbana dos vários protagonistas (no tempo) com a obra realizada num processo de diáspora.

Hoje, sem estatuto patrimonial consagrado (ou tombado), o discurso da arquitectura da cidade do Mindelo (à semelhança de outros casos) assenta o discurso no Desenho Urbano onde são desmonstrados os “factos urbanos” na sua verdadeira dimensão, em que as escalas têm que ser lidas transversalmente, numa metodologia específica da Arquitectura da Cidade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. **O Império Africano, nova história da expansão portuguesa**. Coord. de Valentim Alexandre e Jill Dias. Lisboa: Estampa, 1998. vol. X.

ALMEIDA, João de. **O Porto Grande do Mindelo**. Lisboa: Edição do autor, 1925.

BARCELLOS, Senna de. **Subsídios para a História de Cabo Verde**. Parte I e II, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899.

CAETANO, Marcello. **Portugal e a internacionalização dos problemas africanos** (História de uma Batalha: Da liberdade dos mares às Nações Unidas). 4ª ed. Lisboa: Edições Ática, 1971.

CORTESÃO, Jaime. **História da expansão portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

CORVO, João de Andrade. **Perigos**. Lisboa: Typografia Universal de Thomaz Quintinho Antunes, 1870.

_____. **Estudos sobre as Províncias Ultramarinas**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1883. vol. II e III.

LINHAS GERAIS *da História do Desenvolvimento da Cidade do Mindelo*. República de Cabo Verde. Edição do Fundo de Desenvolvimento Nacional - Ministério da Economia e Finanças, Publicação do Ministério da Habitação e Obras Públicas.

LÔBO, Margarida Souza. **Planos de Urbanização**, A época de Duarte Pacheco. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995.

MORAIS, João Sousa. **Maputo, património da estrutura e forma urbana**, topologia do lugar,. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

MORAIS, João Sousa. **(Re)construção de uma disciplina em Arquitectura**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

MORAIS, João Sousa. As academias e a política vigente, contributo da formação dos engenheiros na produção urbana. **Arquitectura e Vida**, Abril 2002, espaços lusófonos, pág.28 a 33.

MORAIS, João Sousa. Os primeiros passos, contributo da formação dos engenheiros na produção urbana. **Arquitectura e Vida**, Março 2002b, espaços lusófonos, pág.25 a 30.

MORAIS, João Sousa. O urbanismo colonial do Estado Novo em África, o Gabinete de Urbanização Colonial e a charneira para o novo desenvolvimento urbano. **Arquitectura e Vida**, Maio 2002c, espaços lusófonos, pág.44 a 48

MORAIS, João Sousa. O território do projecto. In: **Registros conceptuais em Arquitectura**. Lisboa: Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura - U.T.L., 2008. (Colecções Didáctica)

MORAIS, João Sousa. **Mindelo, Património Urbano e Arquitectónico** - assentamento urbano e seus protagonistas. Lisboa: Caleidoscópio, 2010.

PORTUGAL *Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismático e Artístico*. Vol. V, 1911.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou a “fresca Serra Leoa”**: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1988.

SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel. **Subsídios para a História Geral de Cabo Verde**. A Legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI (Cabo Verde: ponto de intercepção de dois circuitos comerciais), Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia - Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.

SILVA, António Correia. **Espaços urbanos de Cabo Verde: O tempo das cidades-porto**. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

SILVA, António Leão de Aguiar Correia. **Os ciclos históricos da inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica**. O caso das cidades Porto (Ribeira Grande e Mindelo). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2007. Tese (Doutoramento). Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

TORRÃO, Maria Manuel. **Colonização de Cabo Verde: meios e objectivos**, Portugal no Mundo. Dir. de Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989. vol. II.